

Você já se sentiu odiado hoje?
Pedagogias culturais do ódio acerca das
desobediências da normalidade

Have you ever felt hated today?
Cultural Pedagogies of Hate About Disobedience of Normality

Samilo Takara

Professor Adjunto do Departamento de Educação (DAED-RM/UNIR)
Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UNIR-PVH).
Pós-Doutor em Comunicação (UEL/PR).
Doutor em Educação (UEM/PR).
samilo@unir.br



Resumo

Este ensaio é inspirado por movimentos textuais que explicitam condições complexas dos modos de vida de sujeitos anormais e as dinâmicas de ódio que perpassam essas experiências na atualidade. Os cenários político e cultural contemporâneo exigem a retomada das contribuições e a problematização dos discursos que perpassam sobre as diferentes formas de ser e agir na contemporaneidade. Diante dessas condições, questiono: De que modo o ódio como política cultural contemporânea atua pedagogicamente sobre corpos e subjetividades que se compreendem marginais aos sistemas de representação normalizadores? Ciente das condições que fragilizam a noção de vida nas sociedades, as ofensas e os insultos, bem como as pedagogias corretivas é contemporânea às dimensões históricas e culturais que constituem as identidades desviantes. Este texto problematiza o ódio como constituinte das táticas de fobias e as estratégias de enfrentamento que oportunizam problematizar o ódio que educa.

Palavras-Chave: Educação; Cultura; Mídias; Sexualidades; Representações.

Abstract

This text is inspired by textual movements that explain the complex conditions of abnormal subjects' ways of life and the dynamics of hatred that permeates these experiences today. Contemporary political and cultural scenarios demand the resumption of contributions and the problematization of the discourses that permeate the different ways of being and acting in contemporary times. Given these conditions, I ask: how does hatred as a contemporary cultural policy act pedagogically in bodies and subjectivities that are understood as marginal to the normalization of representation systems? Aware of the conditions that weaken the notion of life in societies, insults and insults, as well as corrective pedagogies, it is contemporary with the historical and cultural dimensions that constitute deviant identities. This text problematizes the hatred that makes it possible to problematize the hatred that educates.

Keywords: Education. Culture. Media. Sexuality. Representations.

[...] *eles mentiram, não existe separação entre vida e escrita*
(ANZALDÚA, 2000, p. 233).

Introdução

A epígrafe da pensadora mulher, negra, chicana, lésbica, do Terceiro Mundo, Glória Anzaldúa (2000), nos oferece uma proposição acerca do pensamento científico, teórico e acadêmico e da vida prática, cotidiana e corriqueira: a indissociabilidade do que vivemos e do que pesquisamos. Iniciar desse modo essa discussão teórica é apresentar apontamentos para uma proposta de elucidação acerca dos processos educativos que envolvem o ódio, a violência e a agressividade que são conteúdos e métodos educativos não-escolares na contemporaneidade.

Para a autora, a escrita precisa fundir com nossa visão, nossa vida interior. *“O perigo é ser muito universal e humanitário e invocar o eterno ao custo de sacrificar o particular, o feminino e o momento histórico específico”* (ANZALDÚA, 2000, p. 233). Uma pensadora e escritora que ensina a necessidade de marcar os pontos de vista me instiga a escrever também sobre como o poder incide sobre os corpos diferentes que, na grade social do império da normalidade, a um lugar de agressão para manter a lógica natural (PRECIADO, 2019).

Assim, esse está na esteira de diálogo com a proposição de Anzaldúa (2000) e tem por intuito dialogar com Mombaça (2017a, 2017b) e Preciado (2019) no intuito de problematizar o ódio que nos chega como biopolítica/necropolítica que inscreve a dor que o ódio infringe em nossos corpos e nossas subjetividades. Assim, este texto assume a tarefa prioritária da contrassexualidade que é *“[...] o estudo dos instrumentos e dos dispositivos sexuais e, portanto, das relações de sexo e de gênero que se estabelecem entre o corpo e a máquina”* (PRECIADO, 2019, p. 414).

Biopolítica em Foucault (2008) e Necropolítica em Mbembe (2018) são dimensões de poder que implica sobre os corpos e um sistema de vida e morte. Esta prática de construção é uma lógica que mostra a localização do corpo como um “[...] *um arquivo orgânico da história da humanidade como história da produção-reprodução sexual, na qual certos códigos se naturalizam, outros ficam elípticos e outros são sistematicamente eliminados ou riscados*” (PRECIADO, 2019, p. 415). A heterossexualidade é, então, nesse jogo de poder uma naturalização das práticas sociais e culturais que orientam os códigos que são compreendidos por naturais.

As análises de Mbembe (2018) e de Foucault (2008) inscrevem uma contribuição para pensar a política que constitui os corpos e, pelas táticas e dimensões sociais – e o ódio é uma das forças que perpassam esse jogo de significação – constituem as dimensões do fazer viver/fazer morrer na sociedade contemporânea. Mbembe (2018) nos mostra em sua análise que o poder não apenas marca os sujeitos, tal como analisa Foucault (2008), mas também define as condições de vida e de morte. Assim, “[...] *o necropoder embaralha as fronteiras entre resistência e suicídio, sacrifício e redenção, mártir e liberdade*” (MBEMBE, 2018, p. 71). Assim, compreendemos o impacto da violência que o ódio dissemina ao entendermos o impacto dessas redes de significação em que a “[...] *vida equipara-se à vida de um morto-vivo. São por demais vivos para poder morrer, e por demais mortos para poder viver*” (HAN, 2017, p. 269, marcações do autor).

O ódio é um dos movimentos que impregnam nossas representações contemporâneas acerca dos sujeitos que estão marginais – tendo em vista que a norma localiza o anormal para usar, de forma pedagógica, o mau exemplo – nas dinâmicas sociais e culturais contemporâneas que constituem a heterossexualidade violentando a dimensão da homossexu-

alidade e as experiências que rompem com a dimensão cis¹-heterossexual hegemônica na figura do monstro que mistura “o impossível com o proibido” (FOUCAULT, 2010, p. 47, grifos meus).

A emoção, como um aspecto subjetivo que constitui nossas representações, inscreve-se nos fenômenos que vivenciamos. Assim, o ódio é vivido de diferentes modos, como uma emoção que é relacionada à culpa que pode gerar negação ou “[...] atacar com raiva. Ainda outra é a rejeição veemente, até ódio” (SOLOMON, 2015, p. 162).

Como o autor nos auxilia a compreender e, até mesmo, sentir, “[...] vivemos em nossas emoções e por meio delas. Nossas vidas não apenas incluem episódios de raiva, medo, amor, luto, gratidão, felicidade, humor, vergonha, culpa, embaraço, inveja, ressentimento e vingança: são definidas por tais emoções” (SOLOMON, 2015, p. 26, grifos do autor). Assim, o ódio não é apenas algo que interfere naquele que sente, mas nós que somos alvos do afeto. Assim, este texto problematiza o ódio como dimensão pedagógica que ensina acerca dos modos de ser, estar e agir, ao invés de definir, delimitar ou mesmo descrever o que é o ódio na contemporaneidade.

Assim, “[...] um corpo não é apenas o espaço no qual afecções são produzidas, ele também é produto de afecções. As afecções constroem o corpo em sua geografia, em suas regiões de intensidade, em sua responsividade” (SAFATLE, 2016, p. 20). Essa condição de produção dos corpos é constituída pela grade de inteligibilidade que estrutura os modos de ser em cada momento que se vive, ou como Safatle (2016, p. 20), chama dos seus “regimes de inteligibilidade”.

Ao verificarmos as dimensões da homofobia, percebemos que ela não age dos mesmos modos que outras experiências de ódio e violência como, por exemplo, o machismo, entretanto, a homofobia

1 Segundo a Profa. Dra. Jaqueline Gomes de Jesus (2012, p. 14), o termo cisgênero é usado para designar, como conceito guarda-chuva, para indicar pessoas que se identificam com o gênero que foi designado no nascimento.

também inscreve os modos de relação das mulheres e dos homens cis e transexuais ao aparecer no discurso como um elemento que positiva ou negativa os sujeitos como, por exemplo, a ideia de que tal ato ou gesto é ou não homossexual. Assim, a homofobia se inscreve em relações que não precisam estar diretamente vinculadas aos homossexuais masculinos. Existe homofobia em relações lésbicas e/ou de homens e mulheres cis e transexuais. A homofobia é uma lógica discursiva e uma prática cultural (TAKARA, 2017).

Ódio Como Homofobia E Prática Cultural

Esse processo que no ódio expressa a condição de governo dos corpos também é vislumbrado na dimensão de uma estratégia biopolítica, como explica Foucault (2008), porque o ódio – e, neste texto, o ódio que é expresso pela malha homofóbica e, desse modo, inscreve-se nas séries de práticas que estruturam a heterossexualidade como norma e, assim, como poder específico que age nos corpos, a homofobia inscreve modos de lidar com a homossexualidade masculina, mas também marcam os corpos outros como não masculinos e heterossexuais, assim, passíveis de serem atacados por uma violência derivada do ódio homofóbico. É por meio desse regime de verdade que, em determinados conjuntos de práticas constitui o real.

A definição dada por Borrilo (2010, p. 13-14) é que a homofobia seria “uma manifestação arbitrária que consiste em designar o outro como contrário, inferior ou anormal; por sua diferença irreduzível, ele é posicionado a distância, fora do universo comum dos humanos”. Excêntrica e estranha, a sexualidade desviante – e as identidades de gênero não condizentes com a cis-hetero-norma – alimentam a homofobia, definida por Swain (2004, p. 69) como “a rejeição, o ódio, a violência contra as pessoas consideradas homossexuais”. Os homens cis e trans são

regulados por uma lógica machista e homofóbica que age em conjunto e especializa sobre os corpos lidos como masculinos nos sistemas de gênero no intuito de regular suas práticas por meio do ódio homofóbico.

Constituinte de nossas experiências sexuais, culturais e sociais, o ódio se inscreve em nossas representações sobre vida, amor e sociedade. Assim, a experiência da sexualidade em desvio é a do risco de ser agredida, violada ou execrada em diferentes momentos e condições. Desse modo, o ódio também alimenta o medo que se inscreve nas relações que produzimos. E, se é “[...] *algo que nos coloca em perigo, alguma coisa* assustadora” que a homofobia sinaliza, é necessária a problematização desse medo que, derivado do ódio, é constituinte de nossas relações sociais, culturais e afetivas (SOLOMON, 2015, p. 57, grifos do autor).

Impossibilitados, na maioria das vezes, de reproduzirem o modelo do amor romântico, ainda idealizado nas sociedades ocidentais, muitas vezes recusando o modelo do casamento heterossexual, modelo em crise entre os próprios heterossexuais, os homossexuais vêm inventando diferentes tipos de relações afetivas e amorosas, aquelas possíveis na condição de recusados pela cultura hegemônica em que ainda vivem, muitas delas ainda centradas, sobremaneira, no ato sexual e, frequentemente, apoiadas numa verdadeira falolatria (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2010, p. 48-49).

Ao compreendermos que existe outra lógica afetiva entre homens gays, retomo Solomon (2015) que explica os elementos cognitivos e de julgamento que envolvem a raiva que se torna um elemento que pode ser alimentado com o tempo. Assim, existe um julgamento de ofensa que perpassa a raiva e que alimenta seu funcionamento a tal ponto que ela se torna resultado de um exercício de avaliação da realidade. Desse modo, “[...] *a raiva é, basicamente, um julgamento de que alguém foi prejudicado*

ou ofendido”, assim, compreendemos porque a heterossexualidade compreende a homossexualidade como algo ruim, porque o ódio ao homossexual é constituinte da ideia de heterossexualidade, desse modo, a homofobia é uma prática que organiza a vida sexual (SOLOMON, 2015, p. 39-40).

É interessante esse fundamento que constitui a raiva – e o ódio, em minha percepção – como um elemento constituinte da homofobia – porque esse afeto trata também de como explica Wittig (1990, s/p.) acerca da heteronormatividade que inscreve um modo de “[...] universalizar a sua produção de conceitos em leis gerais que se reclamam de ser aplicáveis a todas as sociedades, a todas as épocas, a todos os indivíduos”. Assim, ser homossexual é trair a heteronorma e, desse modo, cometer uma transgressão, um crime, um pecado e uma ofensa aos heterossexuais que, mesmo que não totalmente, compreendem que a homossexualidade é uma quebra de regra (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2010; BORRILO, 2010, CORNEJO, 2012; JUNQUEIRA, 2007; JUNQUEIRA, 2013).

O ódio que se sente como sujeito odiado também nos localiza nos sistemas de representação e, desse modo, forma nossos modos de ser e de agir: o medo nos constitui. Mombaça (2017a) em sua escrita nos inscreve na dimensão desse ódio que produz nossos modos de ser e de agir. Existe em nossas formas de operar marcas que expõem os sentidos que a heteronormatividade gera para os alvos de ódio: os frutos do medo.

Àquelas de nós cuja existência social é matizada pelo terror; àquelas de nós para quem a paz nunca foi uma opção; àquelas de nós que fomos feitas entre apocalipses, filhas do fim do mundo, herdeiras malditas de uma guerra forjada contra e à revelia de nós; àquelas de nós cujas dores confluem como rios a esconder-se na terra; àquelas de nós que olhamos de perto a rachadura do mundo, e que nos recusamos a existir como se ele não tivesse quebrado: eles virão para nos matar, porque não sabem que somos imorríveis. Não sabem que nossas vidas

impossíveis se manifestam umas nas outras. Sim, eles nos despedaçarão, porque não sabem que, uma vez aos pedaços, nós nos espalharemos. Não como povo, mas como peste: no cerne mesmo do mundo, e contra ele (MOMBAÇA, 2017a, p. 21-22).

Ao mesmo tempo, a subalternidade de estar para fora da norma localiza a sensação de inferioridade e registra os sentidos de alvo de ódio. Oliveira (2014, p. 9) analisa os enquadramentos das notícias acerca da homofobia e explica como as violências físicas e psíquicas constituídas de ódio inscrevem as sexualidades externas a norma heterossexual.

A experiência de constituir-se fora da heteronormatividade é marcada pela subalternidade, pois emerge em um campo de hostilidades, de discriminações, de violência física, de inferiorizações diversas. Desenvolver formas de perceber o perigo e aprender a controlar gesto e fala é essencial nas vidas fora da norma hétero. Entretanto, a “discrição”, assim como a “exibição”, não as exime da constante possibilidade de agressão (ERIBON, 2008). A gozação, o xingamento, o insulto, a violência física, a ameaça e a hostilidade ambiente são parte do horizonte existencial dos que se situam fora da norma hétero [...] Já a violência física é um modo de efetivar a conformidade pela destruição do outro ou pelas marcas impressas no corpo, pela dor e pelo medo (OLIVEIRA, 2014, p. 9).

Assim, entendemos a expressão de Mombaça (2017a, p. 23, grifos da autoria) “*SÃO ELES QUE MORREM A GENTE, APESAR DO QUE A GENTE COMBINAMOS*”. Ao marcar esse lugar que a homofobia nos inscreve como sujeitos que estão morrendo para a manutenção de um sistema de opressão, não é apenas uma expressão de sentidos que coloca a violência como uma sensação que espraia sobre os corpos. Literalmente, gays, lésbicas, travestis e pessoas trans são mortas pela perpetuação da violência contra aquelas que margeiam a heteronorma (BORRILO, 2010).

Assim, tal como Han (2017) explica, existe uma anulação do espaço da vítima na violência. Desse modo, o poder anula a possibilidade de espaço do sujeito. Mombaça (2017a) trata da sensação de dívida que sentimos o poder impor sobre nós e que faz parte da lógica de falta que a normalidade cobra daqueles que estão no tecido social e não se inscrevem nas demandas da normalização. No campo da sexualidade, a heteronorma inscreve sobre os nossos corpos sentidos acerca de uma normalidade que não é real, mas que corrobora para a ficcionalização da heterossexualidade como correta e corrobora para a sensação de invalidez de outras formas de desejo e sexualidades (MOMBAÇA, 2017a; 2017b; PRECIADO, 2019).

Ainda mais complexa, a sensação de dívida que compulsoriamente traduz a heteronormatividade em relações homossexuais levam em conta esse desejo por sanar dívidas e cumprir com a ordem pré-estabelecida que fazem com que a homossexualidade e, desse modo, aqueles que se entendem homossexuais, sintam necessidade de reproduzir os padrões de vida dos casais cis-hetero-normativos. Cumprir com o padrão é uma forma de pedir licença, mas que também é inscrito no sistema violento de normalização e de precarização de outras formas de ser e de agir que são desnaturalizadas ou contrassexuais (PRECIADO, 2019).

Assim, compreendemos que a “*condição precária da vida nos impõe uma obrigação. Devemos nos perguntar em que condições se torna possível apreender uma vida, ou um conjunto de vidas, como precárias, e em que condições isso se torna menos possível ou mesmo impossível*” (BUTLER, 2015, p. 14-15). Em outras palavras, a vida só é compreendida como de direito se corresponde aos padrões normalizados e normatizados em representações específicas de corpo, gênero e sexualidade (BUTLER, 2015; MOMBAÇA, 2017a; PRECIADO, 2019).

O enquadramento é parte da ideia de direito de vida em nossas sociedades. Desde que se cumpra com as exigências estabelecidas pela

fábula social acerca do que é um cidadão, assim é garantido que o sujeito seja entendido desse modo (PRECIADO, 2019). Assim, aqueles que, por algum motivo, não expressem a representação cultural de cidadão macho, masculino, cissexual, heterossexual, branco, de classe abastada e eurocentrado são destituídos da sua dimensão de cidadania, porque ser cidadão não é uma garantia aos sujeitos, mas uma lógica que cumpre valores morais. “O ‘ser’ do corpo ao qual essa ontologia se refere é um ser que está sempre entregue a outros, a normas, a organizações sociais e políticas que se desenvolveram historicamente a fim de maximizar a precariedade para outros” (BUTLER, 2015, p. 15).

Os sentidos sobre as sexualidades desviantes geram em nós uma sensação de fragilidade. Nossos corpos são esquadrihados desde crianças e são avaliados, reparados e avisados, todo momento, os deslizes que cometemos nas normas de gênero. Cornejo (2012) explica que a partir do momento que se compreende homossexual, um corpo passa a ser problemático mesmo que não desvie das masculinidades e feminilidades hegemônicas.

Cornejo (2012, p. 77) diz de sua experiência nessa guerra declarada aos meninos afeminados que “viveu meses e anos de dor, angústia, pânico (homossexual)” que foi um discurso que perpassou sua educação e os modos de compreender-se sujeito nas dinâmicas sociais em que se encontrava. O ódio que funciona na dinâmica homofóbica também nos ameaça de apagamento de “qualquer possibilidade de futuro”. Assim, como relata o sociólogo, a ideia de ser digno de amor (de qualquer tipo) era “impossível para mim”.

Assim, é necessária a nitidez do sinônimo de homofobia como ódio a homossexualidade que se inscreve desde gestos micropolíticos finos e que marcam os sujeitos, até elementos mais complexos como a vida em sociedade e ações de ordem do gênero ou da sexualidade que transgridam o que os mitos que organizam a heteronormatividade sustentam. “TRISTEZA

É O FUNDAMENTO DA BICHA-BOMBA: O PREÇO DE DESTRUIR A MERDA TODA QUE NOS CONSTRANGE É DEMORAR TEMPO DEMAIS ATÉ NOTAR QUE A EXPLOÇÃO TAMBÉM TE DEIXA DESTRUÍDA” (MOMBAÇA, 2017a, p. 24, grifos da autoria).

A falta de amor de Cornejo (2012) e a tristeza de Mombaça (2017a) me remete ao medo que é resposta ao ódio homofóbico. Diria que o ódio me leva a essa posição: não merecer o amor, ser triste. Sinto receio e parece que a vida é em todo o momento ameaçada. É necessário perguntar que forma de vida é ameaçada se viver é sempre sob o signo da licença de uma heteronorma que permite que as ações e os gestos existam desde que codificados nos modelos e formatos pré-estabelecidos (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2010).

Assim, é necessária uma interpretação da realidade apresentada às sexualidades desviantes. Sujeitos de um sistema que explora as subjetividades por meio do medo e da tristeza frutos de uma lógica de ódio. Os corpos, as representações e os modos de ser e agir são, ao mesmo tempo, produtos e possibilidades de resistência. Ser é em relação e, desse modo, nossas ações precisam e alargam as estruturas previamente estabelecidas pela normatividade heterossexual. A vida escapa, enfrenta, esgueira, produz sentidos.

Ações De Vida

Para explicitar o argumento de como o ódio nos estrutura como sujeitos de uma política e inscrevem uma ética acerca dos modos de ser e de agir, retomo a inscrição de Butler (2015, p. 14) acerca de sua resposta sobre “*o que é uma vida?*”. A autora explica que esse “*ser’ da vida é ele mesmo constituído por meios seletivos: como resultado, não podemos fazer referência a esse ‘ser’ fora das operações de poder e devemos tornar mais precisos os mecanismos específicos de poder mediante os quais a vida*

é produzida”. Assim, a vida ou mesmo a noção de vida é inscrita na dimensão de Natureza e ciência, tal como problematiza Preciado (2019) ao tratar da contrassexualidade e explicitar que a noção de natural é uma produção discursiva, ou, embasados em Foucault (2008) um conjunto de regras e sistemas biopolíticos que constituem o real.

Produzida nas macropolíticas, a vida tem uma condição de precariedade que nos exige, ao pensarmos sobre as possibilidades e as pressões sobre os corpos, questionarmos sobre “*em que condições isso se torna menos possível ou impossível*” para uma vida ou um conjunto de vidas (BUTLER, 2015, p. 14-15). Essa regulação da vida aparece na constituição dos modos de ser gay e, especificamente, nas representações da homossexualidade masculina, como estuda Sell (2006) em sua etnografia com grupos homossexuais masculinos que narram suas histórias para ela.

A grande pergunta que os homossexuais, e outras minorias estigmatizadas, tem que responder permanentemente – uma vez que a sua dignidade tem que ser permanentemente reafirmada – é como ser diferente e manter o auto-respeito, apesar do medo e da solidão, da desconfiança e do descrédito que inspiram (SELL, 2006, p. 13).

Um dos modos de responder a esta falta de credibilidade como vida, para Sell (2006, p. 14) era a constituição de “*ação política coletiva*”. A pesquisadora explica que na luta contra a discriminação, os sujeitos atuam de forma “pequena e paciente” e que essas ações geram efeitos. Ao mesmo tempo, essas ações são uma busca de normalização das práticas e dos modos de ser e agir. A constituição de uma identidade homossexual tornou-se um projeto de heteronormalização dos modos de ser, segundo Sell (2006). A normalização parece uma promessa pelo sistema normalizador que as diferenças devem desejar e alcançar por meio de sistemas de silenciamento e aceitação do ódio constituinte da naturalização da heterossexualidade.

Ao afirmar a identidade como constituição de representação e modo de negociação, também oferece pontos de análise acerca dos valores e das lógicas discursivas constituídas sobre a homossexualidade. Sell (2006) mostra a riqueza das estratégias e táticas de homossexuais masculinos para constituir um modo protetivo para existir, agindo em diferentes grupos, criando guetos e produzindo estratégias de representação positivadas de suas formas de ser. Reproduzir a normalidade é uma forma de afirmar a naturalização da heterossexualidade.

Ao mesmo tempo, o estereótipo é uma maneira de proteger a heterossexualidade e que utiliza do ódio como modo político de constituição das homossexualidades e, assim, a vida “[...] se torna vulnerável no momento em que a orientação sexual se torna conhecida”. Desse modo, “[...] se visível sua homossexualidade através de estereótipos, como voz, andar, trejeitos, ocorre à reação de reprovação moral, tal como sugere um estigma desse nível” (SELL, 2006, p. 38).

Swain (2004, p. 90) nos mostra que, a partir da dimensão de anormalidade que nossas existências revelam e, ao fazerem isso, tiram o cômodo ar de naturalidade das sexualidade hegemônica “[...] é a pesada materialidade do social, cujas significações permitem o assassinato ou a exclusão dos homossexuais como seres hediondos, como anomalias da natureza” (SWAIN, 2004, p. 90).

Argumento, desse modo, que a reação de aversão e ódio que as heterossexualidades normativas apresentam acerca das sexualidades que desviam da heteronorma é uma resposta fóbica, de aversão e medo de que a naturalidade. Desse modo, uma necessidade de proteger a compulsória certeza de que os corpos machos e fêmeas que funcionam em mitológicas representações religiosas estão, assim, destituídos de sua normalidade.

Não compreendemos ainda que, por mais que na prática política LGBTQIA+ que ao pedir igualdade ofendemos a naturalidade heterossexual. Enquanto formos diferentes, a heterossexualidade é uma

ação sagrada e protegida pelos mitos normalizadores. Se formos considerados normais, os heterossexuais deixam de ser especiais frente a suas crenças e passam a figurar como vida comum. Não ser natural ofende a heterossexualidade.

[...] a diferença é punida, como tivemos oportunidade de observar; mas, outras vezes, a possibilidade de exclusão pela própria diferença é punição suficiente para o indivíduo. Os limites que a sociedade coloca ao permitido são tão estreitos que a existência de desejos não conformes ao estabelecido é ameaçadora de exclusão e de isolamento. Então, não há necessidade de haver estereótipo homossexual, de existir o homossexual “típico”, a “bicha”, para se falar em identidade homossexual (SELL, 2006, p. 187).

O desejo de normalidade provocado pelo ódio heterossexual e suas táticas homofóbicas atinge a todos e todas. Inclusive, de tal modo, que a homofobia se pluraliza: homofobias se inscrevem nas ações gays e lésbicas buscando registrar o mais normal e o mais anormal de nossas práticas: heterossexualizar relações. Desse modo, parâmetros são definidos e escolhidos pelos grupos de homens gays e são hierarquizados em suas relações tendo por base as relações heterossexuais.

Zago (2013, p. 124) ao analisar o site de relacionamentos gay *Manhunt* trata da organização que separa os anticorpos dos corpos-que-importam. Os primeiros seriam “*aqueles corpos que não se conformam às regulações da coerência entre sexo-gênero-sexualidade, de geração, de morfologia corporal, de estética, de raça/etnia, entre outras*” (ZAGO, 2013, p. 124).

A naturalização do discurso de normalidade defende a norma e estruturando modos de ser que são beneficiados pela heterossexualidade, a branquitude, as dimensões do consumo que fazem sentido na lógica eurocêntrica e estadunidense ao regular que “[...] *todo corpo-que-*

importa é um corpo que implora: é um corpo que implora ser visto” (ZAGO, 2013, p. 294).

O desejo de normalidade que atinge os sujeitos faz parte das homofobias que se especializam e inscrevem os modos de ser gay que naturalizam nossa dimensão de reconhecimento da heterossexualidade como um modo correto de ser. Eis nosso problema, quebrar ficções que constituímos como privilégios da aproximação da norma. Nossas vidas não importam para a normalidade a não ser que funcionem no sistema biopolítico de fazer viver que reproduza sistemas de consumo e a heterossexualidade como natural (JUNQUEIRA, 2013; PRECIADO, 2019).

O poder opera por ficções, que não são apenas textuais, mas estão materialmente engajadas na produção do mundo. As ficções de poder se proliferam junto a seus efeitos, numa marcha fúnebre celebrada como avanço, progresso ou destino incontornáveis. O monopólio da violência é uma ficção de poder baseada na promessa de que é possível forjar uma posição neutra desde a qual mediar os conflitos. O sistema de justiça, produzido pela mentalidade moderna-colonial como sistema de política, visa neutralizar os conflitos sociais, administrando todas as tensões no limite de uma rede muito pequena de instituições e mitos representados como neutros pelas narrativas hegemônicas. Além de uma ficção de poder, a neutralidade do sistema de justiça – que torna moral e politicamente plausível o monopólio da violência – é um mecanismo de alienação dos conflitos, que isola as pessoas neles implicadas dos seus próprios processos de resolução. A frase “vamos resolver isso na justiça” está, portanto, sitiada, uma vez que evoca estritamente a ficção de poder do sistema de justiça moderno-colonial, desarticulando dessa maneira todas as outras ficções de justiça que poderiam vir a ser conjuradas a partir dessa afirmação (MOMBAÇA, 2017b, p. 302).

Ao discutir a ficcionalização do poder, Mombaça (2017b) oferece modos de problematização da naturalização que a heterossexualidade constitui como eixo narrativo por meio dos sistemas de representação científico, religioso, social, político e midiático. Desse modo, se a homofobia é *“um mecanismo essencial do caráter masculino, porque ela permite recalcar o medo enrustido do desejo homossexual”* como explica Borrilo (2010, p. 89), entendemos que a constituição do masculino impede uma problematização da naturalização da noção de homem como *“[...] ser rude (e até mesmo grosseiro), competitivo, bagunceiro; ser homem implica menosprezar as mulheres e detestar os homossexuais. O caráter mais evidente da masculinidade permanece a heterossexualidade”* (BORRILLO, 2010, p. 89).

Atuar na liberação do poder das ficções Mombaça (2017b, p. 303) é um modo de rearticular e problematizar as ficções de poder que atuam em sistemas de representação e *“requer um trabalho continuado de reimaginação do mundo e das formas de conhecê-lo, e implica também tornar-se capaz de conceber resistências e linhas de fuga que sigam deformando as formas de poder através do tempo”*. Mombaça (2017b) generosamente oferece olhares para problematizarmos as políticas naturalizadoras das ficções do poder. A problematização das experiências homofóbicas entre homens gays é uma das formas de questionar o desejo de normalidade que a homofobia provoca e produz.

Desse modo, Borrilo (2010, p. 89) trata da dificuldade de confronto que um homem heterossexual tem ao olhar para *“um efeminado”*, como ele denomina, que gera *“a angústia em relação às características femininas de sua própria personalidade”*. Complexa, a masculinidade gay que destoa dos estereótipos e é beneficiada pela lógica de *“corpo-que-importa”* entre gays masculinos também se aflige com as ações da bicha e de suas ações que estão no campo oposto à masculinidade, ou seja, próximas *“[...] à sensibilidade, à passividade, à vulnerabilidade e à ternura, enquanto atributos do ‘sexo frágil’”* (BORRILLO, 2010, p. 89).

Infelizmente, a masculinidade tóxica não é um mal restrito ao heterossexual. Homossexuais também se apropriam dos sistemas de representação, consumo e das narrativas heteronormativas que prometem minimizar os riscos e gerar benefícios para aqueles que cumprirem com ideais misóginos e machistas de uma masculinidade viril e doentia. Assim, Mombaça (2017b, p. 303) explica que “[a] violência masculina é uma arma transversal de normalização de gênero e controle social”, ou seja, “[...] a machulência (um dos nomes da masculinidade tóxica) como ficção de poder” (MOMBAÇA, 2017b, p. 304).

Essa ficção da masculinidade tóxica que propõe uma visão do homossexual ou das representações de gays e lésbicas como sensíveis às violências e não opressores e opressoras infelizmente não se realiza. Ações machistas, homofóbicas, lesbofóbicas e transfóbicas estão entre diferentes corpos, subjetividades e coletividades autodenominadas lésbicas, gays ou LGBTQIA+. Desse modo, a ficção do poder que a masculinidade tóxica ascende gera uma série de violências e desigualdades que “[...] é responsável, numa escala micropolítica, pela manutenção do medo com base das experiências trans, dissidente sexual e feminina para com o mundo” (MOMBAÇA, 2017b, p. 303).

Assim, o caráter odioso e violento da homofobia especializa-se entre os sujeitos das experiências LGBTQIA+ e, entre os homens gays, a masculinidade simulada torna-se um privilégio e um valor que inscreve a lógica de “*corpos-que-importam*”. Assim, para a normalização ou, mesmo, em uma ilusão de mercado que favorece o gasto e a política do *pink money*² e produz uma lógica relacional entre o masculino hegemônico e os grupos subalternos que protegem, localizam, beneficiam e configuram a masculinidade tóxica como central.

2 Referência a estratégias de mercado que utilizam das características estereotipadas da homossexualidade para gerar um selo LGBTQIA+. Desse modo, produtos, serviços e empresas justificam-se como “amigas” da comunidade imaginada como de sexualidades desviantes, mas apenas para quem tem poder aquisitivo. Ser alguém desviante não é um problema se você pagar pela sua diferença.

[...] os processos que conferem o privilégio a um grupo e não a outro grupo são frequentemente invisíveis àqueles que são, deste modo, privilegiados. A invisibilidade é um privilégio em dois sentidos – tanto descrevendo as relações de poder que são mantidas pela própria dinâmica da invisibilidade, quanto no sentido de privilégio como um luxo. É um luxo que somente pessoas brancas em nossa sociedade não pensem sobre raça a cada minuto de suas vidas. É um luxo que somente homens em nossa sociedade façam de conta que o gênero não importa (KIMMEL, 1998, p. 106).

A homofobia é uma ameaça ao sistema de representação que constantemente aparece na lógica heterossexual. Ser gay é um problema para a masculinidade. É menor ou, pelo menos, menos arriscada publicamente, se sua homossexualidade não for visível. Se, ainda, você conseguir proteger suas representações de masculinidade com relacionamentos heterossexuais, sistemas culturais que são beneficiados entre as noções de masculinidade como corpos e subjetividades que são convocadas a determinadas maneiras de constituir suas ações e performances, melhor será sua vivência pública. Ser gay é ruim para as sociedades ocidentais e, se sua sexualidade é questionada você precisa protegê-la para fazer a manutenção dos seus privilégios.

E, é claro, além disso, que desde a virada do século até hoje em dia, são as mulheres e os homens gays que têm servido como as visões clássicas da identidade de gênero subalterna. As mulheres e os homens gays são os outros clássicos, o pano de fundo contra o qual os homens brancos heterossexuais projetam as suas ansiedades de gênero e é sobre a emasculação destes que os *self-made men* constroem definições hegemônicas. As mulheres emasculam os homens representando o lar, a vida doméstica, a obrigação familiar, assim como uma carnalidade insaciável. Os homens gays são bichinhas passivas e efeminadas assim como são sexualmente insaciáveis e predatórios (KIMMEL, 1998, p. 116).

Quanto maior o risco de ser entendido como gay, mais a violência homofóbica atua como modos de provocar uma noção de virilidade. A violência, entendida como uma característica masculina, também é imensa sobre os corpos cis e heterossexuais que constituem esses sujeitos: regular-se é uma necessidade de sobrevivência a tal ponto que os assassinatos de LGBTTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexual e pessoas com sorologia positiva para o HIV) são justificáveis na ficção de poder da masculinidade tóxica porque esses corpos desviantes – as bichinhas – ferem a rigidez da norma com sua sensibilidade que não pode ser exposta.

Espancamentos públicos, omissão médica, espetacularização das mortes, naturalização da extinção social, genocídios, processos de exclusão e violência sistêmica formam parte da vida diária de muitas pessoas trans, assim como sapatonas, bichas e outras corpos dissidentes sexuais e desobedientes de gênero, especialmente as racializadas e empobrecidas (MOMBAÇA, 2017b, p. 305).

Desse modo, existem benefícios que inscrevem a lógica e a posição de gênero nas possibilidades das masculinidades. Connel e Messerschmidt (2013, p. 258) explicam que não existe liberdade para adotar qualquer posição de gênero e que existem “custos de se fazerem determinadas escolhas discursivas”. Desse modo, é compreensível que “[...] a masculinidade hegemônica não necessariamente se traduz em uma experiência de vida satisfatória” (CONNEL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 271), porque, por vezes, existe uma incessante necessidade de prova que a masculinidade hegemônica exige e, faz exigência das masculinidades que orbitam seu ideal.

Da minha própria perspectiva, como uma bicha racializada, gorda e não binária, oriunda da periferia do Nordeste brasileiro, é impossível negar o impacto dessa distribuição da violência

como ameaça na minha vida diária. Simplesmente andar pelas ruas pode ser um evento difícil quando suas roupas são consideradas “inapropriadas” e sua presença mesma é lida como ofensiva apenas pelo modo como você age e aparenta. O risco de tornar-se parte das horríveis estatísticas de violência antibicha (e antitrans, antinordestina, antipreta etc.) é uma constante e não é justo que somente nós – que assumimos como ética da existência a desobediência à normalidade social ou que simplesmente estamos mal posicionadas no ranking dos “direitos humanos dos humanos direitos” – tenhamos que lidar com esse risco. Redistribuição da violência é uma demanda prática quando estamos morrendo sozinhas e sem nenhum tipo de reparação seja do estado, seja da sociedade organizada. Redistribuição da violência é um projeto de justiça social em pleno estado de emergência e deve ser performada por aquelas para quem a paz nunca foi uma opção (MOMBAÇA, 2017b, p. 305).

Nessas dimensões das masculinidades hegemônicas e subalternas e no sistema de representações que a ficção do poder situa os corpos e as subjetividades é que podemos compreender que a masculinidade tóxica e seus sistemas de representação atuam em dimensões hetero e homossexuais. Assim, a homofobia, a aversão e o ódio são pluralizados: homofobias que inscrevem os corpos, as práticas e os modos de ser e de posicionar-se como sujeitos na sociedade contemporânea.

Desse modo, ao aproximar esta discussão das possibilidades de problematização da homofobia e do ódio que estruturam uma lógica masculina centrada e hegemônica, que opto por tomar elementos de problematização que aparecem nas falas da subalternidade “*com a clareza que somente a visibilidade tem*” (KIMMEL, 1998, p. 117). Essa dimensão da visibilidade é possível apenas da lógica que a subalternidade pode nos oferecer do caráter ficcional do poder. Assim, as tensões entre normal e anormal inscrevem políticas e poéticas acerca das formas de ser e de pensar o mundo. A necessidade de revisão aos sistemas de poder e de

redistribuição da violência, tal como exige Mombaça (2017b) é uma dimensão necessária a sobrevivência e, assim, para pensarmos que vidas são possíveis nas lógicas que impregnam nossas representações.

Constituição e destituição: violências

Lembro-me, assim que me assumi para minha mãe como gay que ela me disse que eu deveria me esconder, proteger e não mostrar para as pessoas que eu era assim. Essa narrativa, que depois foi reformulada de diferentes maneiras e por muitas estratégias me dói por estar em sistemas de representação complexos e que me remetem a falta de amor (de todo tipo) como diz Cornejo (2012). Por mais que exista uma lógica discursiva sobre a família como espaço protetivo do sujeito – que deve ser questionada ao pensarmos nas questões de gênero e sexualidade – devemos compreender que esses discursos são inscritos na distribuição social da violência, como ensina Mombaça (2017b, p. 306):

É tudo parte de um projeto de mundo, de uma política de extermínio e normalização, orientada por princípios de diferenciação racistas, sexistas, classistas, cissupremacistas e heteronormativos, para dizer o mínimo. Redistribuir a violência, nesse contexto, é um gesto de confronto, mas também de autocuidado. Não tem nada a ver com declarar uma guerra. Trata-se de afiar a lâmina para habitar uma guerra que foi declarada à nossa revelia, uma guerra estruturante da paz deste mundo, e feita contra nós. Afinal, essas cartografias necropolíticas do terror nas quais somos capturadas são a condição mesma da segurança (privada, social e ontológica) da ínfima parcela de pessoas com *status* plenamente humano do mundo.

A guerra não é feita por nós. Ela é real e nós estamos expostos. As frases que minha mãe utiliza podem ser lidas como cuidado. Elas devem ser lidas deste modo: minha mãe está protegendo a norma e avisando

que agir de qualquer modo que esteja contrário a esta verdade que é a heterossexualidade coloca-me em risco. Não sou eu quem está sob a proteção deste discurso, mas a norma heterossexual. Eu sou o desertor, o pecador e o problema, o que não é natural (PRECIADO, 2019).

Essa narrativa foi refeita de diversas maneiras. A última que conheço, minha mãe disse que entendia que o deus que ela acredita tinha dado a ela a cruz da minha sexualidade para ser carregada por ela, porque ela era capaz de tal façanha. Ou seja, qualquer representação de sexualidade desviante deve ser algo a ser revisto e culpabilizado. Existe muita culpa no discurso da representação de maternidade que minha mãe aciona em sua ficcionalização porque está vinculado ao papel da família a boa criação e, como mãe, a minha homossexualidade é uma falha do papel dela em proteger a heteronorma.

Cornejo (2012, p. 77) narra a experiência dele com sua mãe e explica que no sistema de representação das sexualidades, quando ele fala para sua mãe de sua forma de sentir desejo, ele não estava fora do armário, mas estava pedindo que ela “[...] *o fizesse mais habitável para mim. Eu não saí do armário. Na verdade, ela entrou nele*”.

Esse processo é tão complexo que, ao tratar da sexualidade nas sessões psicológicas que foram ofertadas para ele, Cornejo (2012) conta da presença e do acompanhamento da mãe que era responsabilizada pela sua homossexualidade e, fazendo referência ao texto *The queer child, or growing sideways in the twentieth century*, de Kathryn Stockton (2009), explica que “[...] *o berço de um menino mariquinha é a lápide de um menino heterossexual*” (CORNEJO, 2012, p. 80).

A responsabilização da mãe de Cornejo (2012, p. 80) aparece na psicologia com “*superproteção e excessiva arrogância*” e esses gestos não são comuns às mulheres, o que provocaria uma aversão ao feminino e, logo, a homossexualidade. Minha mãe culpava um presente que me deu na infância – um roupão de banho e um par de pantufas azul claro que

tinham a inicial do meu nome, um S, bordado – seriam o enxoval da minha homossexualidade.

Esses episódios mostram a necessidade de redistribuir a violência como explica Mombaça (2017b). É necessário visitarmos as histórias que naturalizam os nossos lugares inadequados, reescrever nossos sentidos e verificar de que modos essas narrativas inscrevem lógicas prescritas acerca dos outros e de nós. É dolorido, mais uma vez, retomar Cornejo (2012) dizendo que nenhum amor era possível para ele, assim como nenhum futuro. Eu entendo esse sentimento de inadequação, de dívida e de necessidade de sofrimento que aparecem nas lógicas daqueles que vivenciam suas sexualidades desviantes e, desse modo, são expostos às violências que protegem a norma e a homofobia que naturaliza a sobrevivência como forma de existir.

Todas as falas da minha mãe eram no sentido de me proteger. Ela disse isso inúmeras vezes e, imagino que todo heterossexual e homossexuais que estão confortáveis com a heteronormatividade vão concordar com a bondade do gesto de me avisar que se eu não aparentar a minha sexualidade, eu não serei agredido. Minha mãe estava tentando me proteger é também um dos discursos que sustentam a homofobia e a naturalização da heterossexualidade compulsória que inscrevem na maternidade um ideal de mulher e de feminino que parece sagrado e, logo, deve ser sempre compreendido como amável e seguro.

A frase de não aparentar não me protege, pelo contrário, me ensina que viver para mim será sempre um ato que deve ser escondido. A heteronormatividade que está inscrita no discurso da minha mãe me explica que a heterossexualidade é normal e que eu, por algum erro dela – como o roupão e as pantufas – fugi da normalidade e serei penalizado. Uma forma de me proteger é se eu não parecer alguém que está fora da norma: não me mostrar, me esconder (SEDGWICK, 2007).

Como minha mãe me protege: orando para que o deus dela tenha piedade da minha alma pelos pecados que eu cometo e me avisando que eu devo viver escondido, porque as pessoas normais – heterossexuais e nos padrões da masculinidade – tem direito a um exercício de liberdade e de exposição de seus modos de ser. É importante que se diga que este gesto não é pessoal e intransferível. Maternidade não significa santidade e, desse modo, mães e pais protegem as normas heterossexuais, os sistemas de exploração e de produção de sentidos. Todos os filhos e as filhas foram ensinados sobre o que é ser bem-sucedido e, essa noção de alguém de bem é capitalista, eurocentrada e está dentro de padrões específicos de sujeitos (CORNEJO, 2012).

Se esta narrativa inscreve minha representação sexual, não estou dizendo que outros muitos discursos não me educaram para uma lógica masculina tóxica, heterossexual, para um desejo de branquidade e uma necessidade de me distanciar dos meus traços de descendência japonesa ou outros marcadores das minhas representações. Eu fui ensinado pelos discursos familiares, escolares, midiáticos e sociais que devo buscar estar nos padrões e reproduzir modos de ser e de agir. Não estou livre desses sistemas porque a ficção que me constitui ainda precisa de muitas problematizações, mas nestes discursos reconheço que fui sendo levado pelos modos de dizer das sexualidades a cumprir e proteger a heteronorma e, minha sexualidade foi criada também nessa orientação.

Nomear a norma é o primeiro passo rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência, porque a norma é o que não se nomeia, e nisso consiste seu privilégio. A não marcação é o que garante às posições privilegiadas (normativas) seu princípio de não questionamento, isto é: seu conforto ontológico, sua habilidade de perceber a si como norma e ao mundo como espelho. Em oposição a isso, “o outro” – diagrama de imagens de alteridade que conformam as margens dos projetos identitários dos “sujeitos normais” –

é hipermercado, incessantemente traduzido pelas analíticas do poder e da racialidade, simultaneamente invisível como sujeito e exposto enquanto objeto. Nomear a norma é devolver essa interpelação e obrigar o normal a confrontar-se consigo próprio, expor os regimes que o sustentam, bagunçar a lógica de seu privilégio, intensificar suas crises e desmontar sua ontologia dominante e controladora (MOMBAÇA, 2017b, p. 306).

Ao retomar a explicação de Mombaça (2017b), é necessária a compreensão da norma de forma não ingênua. O contemporâneo como o agora, exige de nós provocações e, desse modo, a homossexualidade ou as delicadezas que me constituem um sujeito externo ou mesmo capturado pela norma como aquilo que deve estar sob vigilância não me fazem sensível para problematizar os benefícios que minha posição como macho, dentro de determinada performance masculina subalterna e os meus lugares como mestiço entre brancos e amarelos e minhas representações como professor e intelectual de classe média me localizam.

A heteronorma não funciona longe ou aquém dos discursos machistas, transfóbicos, racistas, classistas, consumistas, eurocentrados e estadunidenses. Em outra direção, a sensibilidade que me provoca como alguém do pensamento científico e acadêmico a problematizar as questões sociais e culturais que me aproximo são dimensões de ordem subjetiva e objetiva que foram possibilitando a problematização dos lugares que me encontro.

A norma me protege o bastante para que eu possa dizer em que sentidos ela me afeta. A norma me oferece condições de resistência porque sua ficção me sustenta como um sujeito abjeto e possível, desde que submetido ao sistema. Esse texto é possível porque a academia e a ciência me permitem, dada a minha titulação e meu local profissional, assumir o lugar de pensador de discussões vinculadas aos campos que inscrevem essas problemáticas e, por meio do acesso aos conteúdos e aos materiais, cheguei a condições de problematização.

Pode ser que este texto não chegue a ser publicado ou, se for, depende de lugares exclusivos em que esta discussão não atinja diretamente a malha da normalidade e da chamada objetividade científica que se preocupa em reforçar a norma. O interesse em fazer a manutenção dos sistemas de poder inscreve modos de agir sobre nossas formas de pensar e de ser. O corpo e as subjetividades são inscritos nessas condições também. Assim, nomear a norma, como problematiza Mombaça (2017b), não é apenas reconhecer as lógicas de mostrar/esconder como explica Sedgwick (2007) ou de qualificar a homofobia como faz Borrilo (2010).

É importante que se sublinhe que ao dizer não só, não desvalorizo a contribuição desse autor e dessa autora e de outros e outras que nos permitem chegar a críticas e analíticas que por ora aproximam, confluem e ressoam e, em outros momentos, destoam, repelem e abrem brechas para diferentes modos de pensar. É necessário que existam discursos dissonantes para problematizar as dinâmicas da heteronorma e suas possibilidades de organização dos sistemas de poder por meio das ficções que são inscritas em diferentes campos.

Borrilo (2010, p. 109) apresenta necessidades pedagógicas para a revisão da ordem por meio da problematização das hierarquias heterossexistas, pela denúncia de “*códigos culturais*” e de estruturas que fortalecem preconceitos contra homossexuais. Assim, o autor oferece como condição para o enfrentamento da homofobia “*promover ações pedagógicas*” (BORRILLO, 2010, p. 110) como um modo de alterar essa lógica homofóbica. Entretanto, é necessário que problematizemos que sentidos nos levam as práticas de organização dos sistemas de representação que a ficção de poder que a heteronorma nos oferece como condição de vida. A ideia de criminalizar a homofobia parece uma resposta, mas ao mesmo tempo, é uma maneira de institucionalizar a violência como uma questão estatal e não subjetiva e representacional.

O estado, assim como as polícias, move-se com e pelo desejo. Quando o movimento LGBT brasileiro luta pela criminalização da homofobia, ele está lutando, no limite, por esse desejo. O desejo de ser protegido pela polícia e neutralizado pelo estado não importa a que preço. Não se considera, por exemplo, a dimensão racista estruturante do sistema prisional, cujo maior alvo segue sendo as pessoas pretas e empobrecidas, inclusive aquelas cujas posições de gênero e sexualidade poderiam ser compreendidas no espectro LGBT (MOMBAÇA, 2017b, p. 303).

Assim, problematizar os sentidos que as homofobias nos inscrevem e as formas de percebermos as ficções de poder que inscrevem práticas e sentidos aos corpos e as subjetividades oportunizam a problematização de diferentes táticas de representação do outro e de si. Uma burocratização da violência não gera posicionamento e problematização, mas localiza a normalidade como aquilo que foi inscrito pelas regras do estado. Ou seja, não se compreende o outro como igual, age-se de forma preconceituosa e ofensiva contra o outro e, mesmo que exista um crime acontecendo, existem mecanismos que protegem e perpetuam o heterossexual no lugar de normal.

Criar estratégias diferentes de representação ou formular outros modos de pensar e de ser não ocorrem apenas na satisfação da heteronorma. Podemos ser subservientes a norma como estamos sendo e, a cada ação política e econômica, vamos perceber que nossa vida custa a ser possível e somos apenas mantidos em uma lógica caritativa e de permissão para existir. A ficção de poder heterossexual chega ao ponto de acreditar que existe bondade no sistema que a heteronorma organiza.

A homofobia nos impede de viver plenamente porque estamos presos a sistemas discursivos e representações prontas de corpo, gênero e sexualidade. Nossos modos de ser e de agir são vigiados e somos medicalizados, criminalizados e avaliados em diferentes instituições. Não existe bondade na exploração que o sistema organiza e nos estrutura. É

alienada a crença que o gay tem de que viver em sociedade é aceito. Ser aceito é não ser quem se é, para ser o que a norma decidir que devemos cumprir.

Autodefesa: homodesvios

Trato tanto da heteronorma neste texto e não era esse meu objetivo inicial. Queria abordar o ódio que nos corrói e as incríveis formas de pensar a autodefesa descrita por Mombaça (2017b, p. 307-308) em suas provocações vivas em sua análise acerca da redistribuição da violência. Fico fascinado com a proposição de sugerir *“formas de treinar e pensar a autodefesa”*, bem como a necessidade de uma *“mudança radical de percepção”* que, em um primeiro plano, consiste em *“treinamento físico e seus impactos sobre o corpo, mas nem todos os corpos treinam da mesma maneira”* Assim, ensina que é *“[...] preciso, nesse processo de reapropriação subalterna das técnicas de violência, saber reconhecer os modos como cada corpo elabora sua própria capacidade de autodefesa”* (MOMBAÇA, 2017b, p. 307-308).

Aproveito-me das táticas de Mombaça (2017b) para chamar algo que entendo como aquilo que desconforta a heteronorma porque está, em sua perversão, ocupando o diametralmente oposto do lugar de comum e natural e, que para brincar com um humor simples e bobo, chamo de homodesvios. O primeiro deles, então, seguindo Mombaça (2017b) traz representações do corpo. Ao invés de compor com a lógica normativa, o homodesvio que provoço é perguntar sobre os prazeres que o corpo lhe oferece. Então, seguindo por uma lógica diferente, ao invés de seguir a heteronorma que oferece modos de posição para o corpo masculinizado e feminilizado, o que é confortável para o seu corpo? Que gestos desenham melhor suas expressões? O que você gosta de fazer com o seu corpo?

Essas questões são relevante em minha história. Lembro-me na infância de surras que tive e de broncas demoradas por segurar o copo de forma que parecia feminina – com o dedo mindinho esticado – ou mesmo de por as mãos na cintura. Esses gestos eram tão confortáveis e a heteronorma não me permitia sentir o corpo da mesma maneira. Até hoje, e confesso que é ridiculamente bobo me sentir assim, me desconforta o segurar o copo e as mãos na cintura. Meu primeiro homodesvio é perguntar-me os gestos que me são confortáveis.

Somos ensinadas a não reagir à violência que nos interpela ao mesmo tempo em que somos bombardeados por ameaças e narrativas de brutalidade contra nós. Nesse sentido, o projeto de redistribuição da violência depende de que acreditemos na nossa capacidade de autodefesa e, a partir disso, mudemos nossa postura perante o mundo. É fundamental que abandonemos a posição de vítima – mesmo quando o estado, a polícia, o branco e o homem cis tem historicamente demonstrado a sua incapacidade de abandonar a posição de agressor. Não há saída senão aceitar de uma vez por todas que fomos inscritas numa guerra aberta contra a nossa existência e que a única forma de sobreviver a ela é lutar ativamente pela vida (MOMBAÇA, 2017b, p. 308, grifos meus).

Confesso que este é um aprendizado muito difícil para mim. Sei que a posição de vítima e a lógica agressor/agredido organizam um sistema de fácil representação e, a heteronorma funciona no binário e na oposição. Assim, é óbvio que a heterossexualidade por afirmar uma naturalização opta e sustenta uma lógica de direito adquirido de violência e de minorização das questões LGBT ou de outros e outras que destoam das normas.

Compreendo a proposta de Mombaça (2017b) e, desse modo, em uma tentativa que sei necessária, simulo um homodesvio que me parece possível que é o reconhecimento da violência contra nós em discursos e

espaços de socialização. A posição de vítima deve ser repensada e, como explica Mombaça (2017b) a guerra declarada a nós existe e estamos no sistema como aqueles que devem ser eliminados ou ao serviço dele. Entretanto, entendo produtiva uma lógica de visibilidade que sirva para acionar as homofobias dispostas e naturalizadas. Não estar no lugar da vítima é também redistribuir a violência denunciando que os modos, as escolhas ou os discursos nos espaços normalizados estão acostumados a nos ignorar, subsumir ou destituir do direito de problematização e questionamento. Entendo desvio toda vez que, em nossas condições, for possível nomear a ofensa homofóbica e reconhecer sua inscrição em nós ou sua ação em nossa direção.

Assim também compreendo que é relevante discutir o lugar em que é possível porque não somos todos permitidos ou estamos em condições de responder. Proteger-se é a escolha possível. Assim, outro homodesvio possível em ações homofóbicas é, em nossa condição, não alimentar o opressor e produzir a distância necessária para a sobrevivência e, sempre que possível, viver bem. Porque a vida é algo que a heteronorma não garante para nós, a não ser que seus modos de agir não sejam ações de confirmação e de valorização da heteronormatividade.

Sim, somos potencialmente frágeis, mas isso não deve ser compreendido como uma incapacidade ou inaptidão para autodefesa. Aprender a defender-se requer a elaboração de outras formas de perceber a própria fragilidade. Há estratégias, técnicas e ferramentas que somente uma corporalidade e subjetividade capaz de habitar a fragilidade consegue desenvolver. Autodefesa não é só sobre bater de volta, mas também sobre perceber os próprios limites e desenvolver táticas de fuga, para quando fugir for necessário. É também sobre aprender a ler as coreografias da violência e estudar modos de intervir nelas. É sobre furar o medo e lidar com a condição incontornável de não ter a paz como opção (MOMBAÇA, 2017b, p. 308).

Assim, não existe um espaço que não seja de disputa com a heteronorma. Estamos em condições de precarização da vida e precisamos entender como nossos corpos e nossas práticas inscrevem modos de ser e de agir e nos responsabilizarmos pelas maneiras como a nossa violência é inscrita nas relações que constituímos (MOMBAÇA, 2017b). Desse modo, compreender que a heteronorma não nos oferece escolhas é entender que estamos, desde sempre, em uma luta pela sobrevivência porque ser alguém que a heteronorma não atesta e valida é, desse modo, estar sob alvo das normalizações e dos processos de ficção do poder que nos localizam por doentes, estranhos e abjetos.

A norma precisa ser enfrentada com a violência que a produz e faz sua manutenção. A penúltima tática de autodefesa de Mombaça (2017b) é a resistência à captura de nossas imaginações e, desse modo, opor-se não apenas a norma, mas não oferecer saídas possíveis. Não há transação afetiva ou cultural possível porque a heteronorma quer a nossa extinção.

Recusar-se a oferecer alternativas não é, portanto, uma recusa à imaginação, mas um gesto na luta para fazer da imaginação não uma via para o recentramento do homem e reestruturação do poder universalizador, mas uma força descolonial, que libere o mundo porvir das armadilhas do mundo por acabar (MOMBAÇA, 2017b, p. 309).

É necessário romper, não existe então modos de sair. A heteronorma não nos permite uma quebra com a realidade, mas modos de responder o sistema para torná-lo insuportável não apenas para nós. Desse modo, fazer a redistribuição da violência como explica Mombaça (2017b) é redistribuir o sofrimento e criar formas de ser que são possíveis em outras práticas. Destruir é necessário e possível. Homodesviar é uma tática de guerra que apenas nos dá condições de enfrentamento. Não é possível devolver a violência que a heteronorma infringe em nós. Façamos, então, que a dor seja generalizada. Isso talvez faça a normalidade sentir em sua carne nossas necessidades coletivas.

A última tática de homodesvio aprendida das autodefesas de Mombaça (2017b, p. 309) é que não existe solução e, desse modo, a violência empreendida sobre nós não é diminuída e não há nenhuma forma de diminuir nossa dor. Assim, ao invés de remissão, de táticas de mudança, a lógica é a prática de resistência nos sistemas. *“Não há salvação. Isso aqui é uma barricada! Não uma bíblia”*. Diferente do desejo de salvação que a visão normativa busca e assente, é nossa necessidade reconhecer que a violência está inscrita na heteronorma. O enfrentamento é necessário, mas não há redenção ou qualquer outra forma de suspensão do poder que ficcionaliza modos de apagamento de nós.

Considerações finais

Esse texto é uma forma de exposição das necessidades que encontro ao pensar sobre os modos de inscrições do poder sobre nós e as ficções que constituem nossas subjetividades e corpos. Ao trazer as reflexões acerca dos textos destes pensadores e destas pensadoras para tratar das homofobias e seus gestos finos que produzem sentidos acerca das subjetividades, também desejo marcar elementos que entendo que o pensamento científico mantém alheio.

O ódio é constituinte das práticas de produção de sentidos acerca das vidas que não estão normalizadas. Assim, os sujeitos que vivem as sexualidades desviantes sentem em suas carnes e nos seus processos de constituição de sentido o ódio e o medo que todo dia tecem sentidos e provocam representações. É necessária para mim a reflexão de que esses afetos existem e, ao invés de superá-los, sinto necessidade de expor, descrever e analisar os efeitos desestabilizadores que estas emoções provocam e produzem.

Você que sente o ódio de todo dia compreende que o discurso científico, a visão religiosa, a prática cultural que são produtos da heteronoma funcionam sobre nós e nos qualificam como vidas em

hierarquias de importância. Você que nos odeia também sabe como este jogo funciona. Não ignore suas práticas, reconheça suas ações e pensamentos. Assim, destituir a naturalidade dos gestos homofóbicos, suas expressões e os modos como a heteronorma nos localiza é uma forma de empreender um processo de resistência possível.

A heterossexualidade é uma metanarrativa – ou seja, uma explicação que se justifica em si mesma, que opera pela normalidade (PRECIADO, 2019). A normalidade de suas ações e as ficções inscritas para a validação desses relacionamentos permitem afetos múltiplos. As homofobias reconhecem que somos artificiais, produtos de uma lógica da invenção e o incômodo de desnaturalização. Esse é um modo de articular desvios e pensar estratégias. Uma das táticas da sobrevivência é ferir o sistema enquanto ele nos ataca.

Não existe saída, mas não devíamos procurar uma. A pior coisa que podemos desejar é sermos como os heterossexuais: iludidos de uma naturalidade inexistente. Um produto de representações é sempre resultado. Reconheça a ficção, ria da piada e desestabilize o sistema: heterossexuais não existem porque são naturais, eles utilizam a ficção do poder para poder ficcionalizar nossa existência como aberrações e normalizar suas práticas.

Não naturalize a violência e não aceite a normalização do nosso sofrimento: nós somos ficções. Não acreditem em direitos iguais. As sexualidades desviantes são o reconhecimento que a heterossexualidade é uma sexualidade. Aceitem que expomos o sexo, usamos das práticas e sentimos prazer em fazer sexo. Dói menos se vocês param de se preocupar com o nosso gozo. Aprendam a gozar. É isso que vocês precisam, heteronormativos.

Referências

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **Amores que não têm tempo:** Michel Foucault e as reflexões acerca de uma estética da existência homossexual. in: RAGO, Margareth (Org.). Dossiê Foucault e as Estéticas da Existência – Revista Aulas, Unicamp: Campinas, 2010. (41-58).

ANZALDÚA, Gloria. **Falando em línguas:** uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. Estudos Feministas. n. 1, UFSC: 2000. (229-236).

ANZALDÚA, Gloria. **La conciencia de la mestiza/Rumo a uma nova consciência.** Estudos Feministas. v.13, n. 3. Florianópolis: UFSC, 2005. (704-719).

ANZALDÚA, Gloria. **Viver nas fronteiras significa que você.** Tradução da poesia: “To live in Borderlands means you” em Borderlands/La Frontera – The New Mestiza, São Francisco, Aunt Lute, 2007, p.216-217. Mandrágora. v. 16, n. 16. São Paulo: UMESP, 2010. (113-114). Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MA/article/view/2049/2020>>. Acesso em: 26 nov. 2018.

BORRILO, Daniel. **Homofobia:** história e crítica de um preconceito. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra:** Quando a vida é passível de luto? Trad. Sérgio Tadeu Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. 1. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CONNEL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. **Masculinidade hegemônica:** repensando o conceito. Estudos Feministas. v. 21. n. 1. Florianópolis: UFSC, 2013. p. 241-282).

CORNEJO, Giancarlo. **A guerra declarada contra o menino afeminado**. In: MISKOLCI, Richard. Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora; UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2012 (73-82).

DINIZ, Debora; OLIVEIRA, Rosana Medeiros de (Orgs.). **Notícias de homofobia no Brasil**. Brasília: LetrasLivres, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

HAN, Byung-Chul. **Topologia da violência**. Trad. Enio Paulo Giachini. Petrópolis/RJ: Vozes, 2017.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero**: conceitos e termos. Brasília: Autor, 2012. Disponível em: https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%-C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989. Acesso em: 18 fev. 2020.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Homofobia**: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. Bagoas – Estudos Gays, Gênero e Sexualidade. v.1, n. 1., Rio Grande do Norte: UFRN, 2007. (1-22).

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Pedagogia do armário – a normatividade em ação**. Retratos da Escola. v. 7, n. 13. Brasília, 2013 (481-498).

KIMMEL, Michael S. **A Produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas**. Horizontes Antropológicos. Ano 4. n. 9. Porto Alegre/RS, 1998. p.103-117.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte.** São Paulo: n-1 edições, 2018.

MOMBAÇA, Jota. **O mundo é meu trauma.** PISEAGRAMA, Belo Horizonte, número 11, 2017a. (20 – 25).

MOMBAÇA, Jota. **Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência!** In: PEDROSA, Adriano; MESQUITA, André. Histórias da sexualidade: antologia. São Paulo: MASP, 2017b. (301-310).

OLIVEIRA, Rosana Medeiros de. **Notícias de Homofobia: enquadramento como política.** In: DINIZ, Debora; OLIVEIRA, Rosana Medeiros de (Orgs.). Notícias de homofobia no Brasil. Brasília: LetrasLivres, 2014. (9-20).

PRECIADO, Paul B. **O que é contrassexualidade?** In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). Pensamento Feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. (411-420).

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo.** 2. ed. rev.; 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **A epistemologia do armário.** Cadernos Pagu. v. 28. n. 19 Campinas, 2007 (19-54).

SELL, Teresa Adada. **Identidade homossexual e normas sociais: histórias de vida.** 2.ed. ver. E ampl. Florianópolis/SC: UFSC, 2006.

SOLOMON, Robert C. **Fiéis às nossas emoções – O que elas realmente nos dizem.** Trad. Miriam Raja Gabaglia de Pontes Medeiros. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

SWAIN, Tania Navarro. **O que é lesbianismo.** 1. reimp. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

TAKARA, Samilo. **Uma pedagogia bicha:** homofobia, jornalismo e educação. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual de Maringá. Maringá/PR, 2017.

WITTIG, Monique. **O pensamento heterossexual.** *O pensamento hétero.* 1980. Disponível em:<<http://www.mulheresrebeldes.org/>>. Acesso em: 20/01/2018.

ZAGO, Luis Felipe. **Os meninos:** corpo, gênero e sexualidade em e através de sites de relacionamento. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. UFRGS, 2013.